

Para onde vai o Brasil durante a Constituinte

Brasil Pol. 600

A frágil Aliança Democrática vai se naufragar na discussão de temas como o mandato presidencial, a reforma ministerial, a declaração de moratória para solução do endividamento externo do País, a ampliação da reserva de mercado — hoje restrita à área de informática — para outros setores e a nomeação do presidente da Constituinte para a Vice-Presidência da República. São temas que o PMDB aprova e o PFL desaprova, conforme pesquisa realizada pelo CORREIO entre parlamentares que se encontravam em Brasília essa semana.

Mas não foram consultados apenas peemedebistas e pefelistas. Foram abrangidos 60 parlamentares, das mais variadas tendências, num trabalho que contribui para a elaboração de um perfil do que será a Assembléia Nacional Constituinte. E a julgar pelas contradições, fica difícil afirmar se será conservadora ou progressista. Pode, por exemplo, chegar a apoiar a moratória, mas certamente defenderá a iniciativa privada, condenando a estatização. Dará força total à reforma agrária e à reserva de mercado para a informática e procurará impedir que façam de seu presidente o vice de Sarney.

UNIVERSO TOTAL			
TEMAS	A FAVOR	CONTRA	OBSERVAÇÃO
Moratória da dívida externa	50,84	25,42	23,72
Reforma ministerial	44,06	32,03	33,89
Reserva de mercado na informática	86,44	8,47	5,06
Ampliação da reserva de mercado para outras áreas	49,15	27,11	28,81
Continuidade da Aliança Democrática	49,15	28,81	22,03
Presidente da Constituinte na Vice-Presidência da República	26,81	59,32	11,86
Reforma Agrária	93,22	5,08	1,69
Programa de privatização	57,62	25,42	16,94
Estatização de novos setores	28,81	52,54	18,44
Plano Cruzado	91,52	6,47	00,00
Pacote "Cruzado-II"	38,98	50,84	10,16
Mudança no índice de inflação	33,89	50,84	15,54
Congelamento de preços após fevereiro de 1987	72,88	15,25	11,86
Mandato presidencial de 6 anos	20,33		16,94
5 anos	16,94		16,94
4 anos	45,76		16,94

Moratória

Metade dos constituintes ouvidos, 50,84%, é a favor da moratória da dívida externa. A outra metade, contudo, se divide entre contras, 25,42%, e parlamentares que não se posicionaram, questionando sobre que tipo de moratória, ou preferiram a negociação como solução para o endividamento externo.

Os partidos de sustentação do governo, PMDB e PFL, têm opinião diferentes nessa questão. Enquanto 66,66% dos constituintes peemedebistas que participaram da pesquisa são favoráveis à moratória, 61,53% dos pefelistas são contra. Foi o maior índice de rejeição registrado, seguido de muito perto pelo PDS, com 60%.

Reforma ministerial

Os constituintes não estão muito preocupados se a reforma ministerial é ou não um problema para o Presidente resolver. Dos entrevistados, 66,09% se sentiram no direito de decidir por ele quanto a manter ou não a equipe, sendo que nada menos que 44,06% querem mudar os ministros.

Curioso notar que se a mudança favoreceria o PMDB, partido que varreu o País de cima a baixo nas últimas eleições, ainda há 12,12% de peemedebistas contra qualquer alteração e 30,30% que não se posicionaram ou deixaram Sarney à vontade para fazer o que bem entender.

Informática

Pelo que apurou o CORREIO, a Constituinte não vai abrir mão da reserva de mercado na informática, podendo até estender a medida protecionista para outras áreas. São 86,44% a favor de manter a reserva e apenas 8,47% contra, com 5,08% de posições dife-

rentes. Quanto à ampliação, encontra 49,15% de aprovação, 27,11% de rejeição e 23,81% de parlamentares que não ficam de um lado nem de outro.

No campo específico da informática, só 3,03% dos peemedebistas ouvidos se manifestaram contra. Os outros 96,96% são favoráveis e nenhum teve dúvida a respeito. Já na outra ponta da Aliança Democrática, o PFL, o percentual de insatisfeitos com a reserva sobe para 15,38%, mas ainda a aprovam 76,92%.

Aliança Democrática

Tanto o PMDB como o PFL querem a sobrevivência da Aliança Democrática. O primeiro, agigantado nas urnas de novembro, quer menos, é claro, mas ainda quer muito. Nada menos que 54,54% dos peemedebistas ouvidos são favoráveis e 30,30% contra. Dos pefelistas, apenas 7,69% são contra, ficando 69,23% a favor.

Para o PT, o PCB e o PL, tanto faz. Já o PTB se divi-

de entre o sim e o não e o PDT entre os que são contra e aqueles que não se importam com a Aliança. Quem não gosta é o PDS, com 40% de rejeição e 20% de aprovação.

Acumulação de cargos

A Vice-Presidência da República não deve ser exercida pelo presidente da Assembléia Nacional Constituinte, segundo 59,32% dos constituintes consultados pelo CORREIO. O PMDB empatou nos prós e contras e o PFL, com menos chances de presidir a Constituinte, não teve dúvida: apenas 7,69% de seus parlamentares se mostraram favoráveis.

Entre os demais partidos que participaram da pesquisa, ficaram contra: PDS, PTB, PCB e PL. O PT se dividiu da mesma forma que o PMDB e o PDT ficou entre o não e o não opinar.

Para um deputado do PDS, entregar a Vice-Presidência da República ao presidente da Constituinte seria "cambalacho".

Destino suprapartidário

Aproveitando-se do esforço concentrado do Congresso em sua última semana de funcionamento, uma equipe formada por três repórteres políticos do CORREIO BRAZILIENSE levantou as opiniões de 60 parlamentares reeleitos que participarão, a partir de primeiro de fevereiro de 1987, da Assembléia Nacional Constituinte. Com o compromisso de que seus nomes não fossem revelados, deputados e senadores do PMDB, PFL, PCB, PL, PTB, PDS, PT e PDT, responderam a 14 perguntas, abrangendo assuntos econômicos, políticos e sociais. O resultado da

pesquisa revela que alguns temas, como a reforma agrária, o programa de privatização, a reserva de mercado na informática, a continuidade da Aliança Democrática e a manutenção do congelamento de preços são temas para os quais a maioria absoluta dos congressistas converge de maneira positiva. Apesar disto, a pesquisa, ao mesmo tempo, evidencia que várias questões apresentam interesses diversificados, deixando claro que as soluções para esses problemas unirão, suprapartidariamente, constituintes de partidos vários e de ideologias muitas vezes radicalmente opostas.

- 8 DEZ 1986



Reforma Agrária

A reforma agrária foi a recordista de aprovação na pesquisa entre os constituintes: 93,22%, com apenas 5,08% se posicionando contra. Só no PMDB apareceu quem a desaprovasse, assim mesmo porque deseja uma reforma mais ágil do que a que vem sendo feita pelo governo ou entendem que é preciso um trabalho paralelo de assentamento.

De qualquer forma, 93,93% dos peemedebistas são favoráveis à reforma agrária, índice que cai para 92,30% entre os pefelistas e chega ao seu ponto mais baixo no meio dos pedessistas: 80%. Os outros partidos a aprovaram integralmente.

Privatização

A Constituinte, definitivamente, não será de esquerda. Se o perfil das urnas já permitia essa análise, a pesquisa do CORREIO a confirma, ao mostrar que 57,62% são favoráveis à privatização e 52,54% contra a estatização de novos setores. O PTB, com 100%, o PFL (84,61%) e o PDS (80%) são os mais favoráveis à iniciativa privada.

A estatização, claro, é defendida pelo PCB, PT e PDT. No PMDB, se 48,48% são a favor da privatização, 24,24% não se definiram. Isso mostra que o partido está perdendo, se já não perdeu, sua característica de esquerda, provavelmente devido a alianças como as que abraçaram Nilson Gibson, em Pernambuco, e Prisco Viana, na Bahia.

Cruzado II

A aprovação ao Plano Cruzado só perde para a aprovação à reforma agrária: 91,52% dos constituintes são favoráveis. Em compensação, o pacote que veio depois, chamado de Cruzado II, tem 50,84% de rejeição, mesmo percentual dos que não desejam mudanças no índice de inflação.

Na análise do Plano Cruzado, os partidos no governo, PMDB e PFL, não tiveram modéstia: deram 100% de aprovação. Os pefelistas, no entanto, não gostaram da reforma do programa (61,53%), enquanto os peemedebistas discordaram menos das medidas, 33,33%.

O PDS deu 80% para o Plano Cruzado e 20% para o Cruzado II; o PTB e o PCB, 100 e zero; o PDT e o PT, zero e zero.

Quanto ao congelamento, se depender dos partidos no governo, será mantido após fevereiro de 87. No PMDB, 72,72% o aprovam; no PFL, 69,23%. Já o PT e o PTB, fecham em 100% com a manutenção do congelamento; o PCB não diz sim nem não; o PDS aprova, com 20% de reserva; o PDT é 50% a favor e 50% de indecisão.

Mandato presidencial

O mandato presidencial deve ser encurtado em dois anos, conforme indica a pesquisa do CORREIO. Dos 60 constituintes consultados, 45,76% são pelo período de quatro anos, 20,33% pelo de seis e 16,94% pelo de cinco. Outros 16,94% não opinaram.

Dentre os partidos de esquerda, o PT e o PDT querem quatro anos e o PCB não se manifestou. A direita, o PTB se dividiu entre o mandato de quatro e o de seis anos e o PDS ficou entre os de quatro e cinco, com apenas 20% optando pelos seis anos.

No PMDB, 57,57% são pelo mandato de quatro anos, 12,12% pelo de cinco e igual percentual pelo de seis, com 18,18% de abstenção. Já os pefelistas preferem os seis anos (46,16%), cinco (23,07%) e quatro (7,60%), registrando-se, ainda, 23,07% de indecisos.

ANC 88
Pasta Dezembro/86
034

P 2

CORREIO BRAZILIENSE

- 8 DEZ 1986